

Parecer nº 78/97

Data: 1997.07.24

Processo nº 235

Requerente: Secretário de Estado dos Recursos Naturais

1. O Secretário de Estado dos Recursos Naturais solicitou parecer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) nos termos da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto – Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), sobre a divulgação pública do relatório de inquérito sobre o desaparecimento de um processo no Instituto de Conservação da Natureza «para cabal esclarecimento do assunto».

A CADA tem competência para se pronunciar sobre a aplicação da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), nos termos do artigo 20º, nº 1, alínea e), daquela Lei.

2. O relatório de inquérito, datado de 4 de Abril de 1997, visa determinar a responsabilidade quanto à falta de emissão de parecer pelo Instituto de Conservação da Natureza, solicitado pela Direcção-Geral do Turismo por ofício de 31 de Maio de 1996 e quanto ao desaparecimento na Direcção de Serviços de Apoio às Áreas Protegidas de todo o expediente relacionado com a mencionada solicitação. Segundo se indica no inquérito, foram-lhe anexadas como apenso, averiguações prévias que serviram de base ao processo.

Trata-se de um documento administrativo detido por entidades públicas e por isso sujeito ao regime jurídico da LADA.

Nele são descritos com pormenor os passos relativos ao processo em referência desde que deu entrada no Instituto de Conservação da Natureza.

No relatório procede-se a considerações sobre o desempenho funcional de diversos funcionários e agentes do Instituto de Conservação da Natureza e de

outros serviços públicos, como o Instituto da Água e a Direcção-Geral do Turismo bem assim sobre determinados actos de funcionários e agentes identificados ou identificáveis, classificando-os como evidenciando «promiscuidade» «imprudência» «desleixo», «violadores de interesse público» «negligentes» «culposos» etc.

Adiante-se desde já que estes qualificativos traduzem notoriamente, apreciações e juízos de valor sobre pessoas singulares identificadas ou facilmente identificáveis o que, de acordo com a LADA, é integrável na noção de dados pessoais (artigo 4, nº 1, alínea c) .

3. O regime jurídico da LADA visa fundamentalmente assegurar a transparência da Administração Pública através de acesso a documentos administrativos.

O princípio geral vem previsto no artigo 7º, nº 1: «todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo».

Todavia o regime é diverso quanto aos «documentos nominativos» - os que contêm informações sobre pessoa singular compreendendo apreciações e juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada. Neste casos o acesso aos documentos administrativos é reservado à pessoa a que os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal (artigo 7º, nº 2). A invocação do interesse directo e pessoal pelo terceiro deve ser acompanhada de parecer favorável da CADA. Em alguns casos é reconhecido ao terceiro o direito de acesso mediante autorização (artigo 8º, nº 4).

Os documentos que contenham dados pessoais podem ainda ser comunicados a terceiros quando, pela sua própria natureza, seja possível aos serviços expurgá-los desses dados sem necessidade de os reconstruir e sem perigo de fácil identificação (artigo 8º, nº 5).

4. Por outro lado o acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão é diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração

(artigo 7º, nº 5) - sem prejuízo de regimes específicos designadamente endoprocedimentais.

O acesso aos inquéritos e sindicâncias tem lugar após o decurso do prazo para eventual procedimento disciplinar (artigo 7, nº 6).

5. O pedido de esclarecimento respeita à compatibilidade da divulgação pública do referido relatório de inquérito com o regime da LADA.

Em todo o caso não competiria à CADA pronunciar-se sobre outros regimes jurídicos porventura aplicáveis designadamente de natureza endoprocedimental, ou quanto ao direito disciplinar ou ao regime de responsabilidade etc.

6. Tratando-se de um documento preparatório de uma decisão («deverá ordenar-se a instauração de processo disciplinar contra... Superiormente se decidirá»), o respectivo acesso deve ser diferido até à tomada da decisão, ou até ao arquivamento do processo ou até ao decurso de um ano após a sua elaboração (o que ainda não sucedeu - está datado de 4 de Abril de 1997) segundo o artigo 7º, nº 5, da LADA.

Todavia estamos perante um relatório de inquérito. E o acesso aos inquéritos e sindicâncias tem lugar após o decurso do prazo para eventual procedimento disciplinar (nº 6), o que se justifica pelas implicações e natureza deste procedimento.

7. Constatou-se antes que o inquérito em análise contém dados pessoais, para efeitos da LADA, porque compreende apreciações e juízos de valor sobre pessoas singulares identificadas ou facilmente identificáveis.

Ora o acesso aos documentos administrativos nominativos é mais exigente. Está reservado à pessoa ou pessoas a quem os dados respeitem e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal.

Não se configura aqui a hipótese de invocação de interesse directo e pessoal por parte de terceiro.

Não havendo autorização das pessoas a quem os dados se referem os documentos em análise só podem ser comunicados a terceiros quando seja possível aos serviços expurgá-los dos dados pessoais sem necessidade de reconstruir os documentos e sem perigo de fácil identificação.

8. Nestes termos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos é de parecer que a divulgação do relatório sobre o desaparecimento de um processo no Instituto da Conservação da Natureza só deverá ter lugar após o decurso do prazo para eventual procedimento disciplinar, sem prejuízo do segredo devido se houver lugar a processo disciplinar em que a matéria do processo tenha valor instrutório. Não o tendo, devem os serviços facultar o acesso, expurgados todos os dados pessoais que integram o relatório, de modo a impedir a fácil identificação das pessoas a quem os dados respeitam, segundo os artigos 7º/6 e 8º/5 da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

Lisboa, 24 de Julho de 1997.

José Renato Gonçalves (Relator) – *João Figueiredo* – *Hélio Corvelo de Freitas* – *Branca do Amaral* – *João Labescat* (Com declaração de voto) – (Tem voto de conformidade dos vogais Dr. Fernando Condesso e Dr. José Magalhães que não assinam por já não se encontrarem presentes) – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)

Declaração de Voto

Votei favoravelmente o parecer da CADA.

No entanto considero que este deve ter interpretação restritiva, apenas no âmbito da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos.

De facto nada impede a Administração de divulgar o teor genérico do inquérito, das questões táticas e legais decorrentes do processo, das decisões que o Governo entenda emitir com base no inquérito, designadamente as de ordem orgânica e instrumental que obstem ao desenvolvimento das situações detectadas.

O Governo pode fazer público notícia destas iniciativas.

a) *João Labescat*